

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

# Da Monarquia à República

---

A evolução Social, Política e Educacional

**Mundo Contemporâneo**  
**Ano Lectivo 2011/2012**

No período existente entre a Monarquia e a República foram muitas as mudanças existentes a nível político, social e educacional.

Em ambos os períodos viveram-se momentos de instabilidade política e social o que levou à existência de inúmeras revoltas e fracassos nas medidas adoptadas. Foi preciso recuar e adoptar novas medidas de modo a melhorar os sistemas em Portugal e atenuar a instabilidade que se sentia no país.

A nível social, a população portuguesa estava descontente com a família real por esta aumentar a dívida existente. Com o aumento da dívida, o país ficou sobreendividado e a população ficava cada vez mais descontente.

Na monarquia, a população dividia-se em 3 estratos sociais (Clero, Nobreza e Povo) que foram extintos com a implantação da república, tendo surgido assim as classes sociais (Classe operária, Classe média e Classe alta).

A população estava maioritariamente empregada em fábricas, situando-se as mais importantes em Lisboa e no Porto sendo feita a comunicação e troca de matérias-primas através da linha ferroviária existente. Vivendo a população ameaçada com o despedimento, e tendo baixos salários em sua posse, as causas para se dar início a uma revolução eram constantes.

Para além dos baixos salários existentes na monarquia, a população tinha horários de trabalho bastante alargados, sofria de fracas condições de higiene e de segurança no trabalho. Estes aspectos foram melhorados e, assim sendo, com a implantação da república foram tomadas medidas nas quais passou a existir o direito à greve (até então nunca pensado nem questionado), o direito a 1 dia de descanso semanal (ao contrário da monarquia onde os operários tinham que trabalhar todos os dias), a redução do período de trabalho para 8 horas diárias (que na monarquia era muito superior) e a obrigatoriedade de um seguro de segurança social para doença, invalidez, velhice e sobrevivência.

Com a implantação da república foi, sem dúvida, a classe operária que mais beneficiou com as medidas adoptadas.

Uma vez que a economia era um dos pontos fracos do estado, ainda na monarquia, a república tomou medidas a nível agrícola (como a reforma agrícola, o que veio a

beneficiar os agricultores com o surgimento de maquinaria que ajudava na agricultura, a produção de alimentos e a balança comercial portuguesa, com a não-importação de alimentos por existirem em território nacional), industrial (tornando as indústrias mais dotadas de novas tecnologias para a produção de novos produtos, ficando ainda uma revolução industrial por fazer) e do comércio que vieram a ajudar a equilibrar as contas e a balança comercial tentando, assim, reduzir a dívida existente para melhorar as condições do país.

A nível político assistiu-se a uma grande mudança. O país passou de uma monarquia para uma república, dois sistemas com ideias e centralização do poder diferentes.

Com o ultimato inglês, o rei cedeu e mandou retirar o exército das colónias de Angola e Moçambique. Sentindo esta humilhação, o povo português atribuiu as culpas de tal facto à insuficiência política do rei, deixando manobra a que os republicanos reforçassem a ideia de que a monarquia devia ser derrubada. Com isto, existiram numerosas manifestações da população por todo o país, tendo sido criado, como forma de protesto, nesta altura o hino nacional.

A queda da monarquia dá-se quando o rei D. Carlos é assassinado, com o seu filho D. Luís, a 1 de Fevereiro de 1908. Ao trono sucedeu D. Manuel que não teve condições nem capacidades para governar um país na situação política explosiva que se encontrava, dando-se a implantação da república a 5 de Outubro de 1910. Com isto, forma-se o partido republicano com um presidente à frente do governo em vez do rei.

O poder que o rei tinha, no regime monárquico liberal, instituídos com a Carta Constitucional, no qual era considerado o Rei do Regime, foi derrubado com a república. Enquanto na monarquia se vivia com as decisões do rei, na república começou-se a viver com as decisões das eleições.

Na monarquia apenas o rei possibilitava a mudança de governo, enquanto na república esta é feita com a força das eleições, mostrando a vontade da população.

Na monarquia, todos os poderes políticos pertenciam ao rei, enquanto no pensamento republicano, e mais tarde adoptado na república, havia uma descentralização do poder

em que o poder legislativo pertencia à câmara dos deputados e senados, o poder executivo ao presidente (da república) e o poder judicial aos tribunais.

Assim sendo, o problema político colocado na monarquia era o facto de o rei ser o representante máximo do poder e, como tal, era necessário o afastamento dele para que o país pudesse mudar. Tal aconteceu com o assassinato de que o rei foi vítima.

A república e o sistema republicano foram instaurados através do presidente da república, sem poderes de património político, tentando mostrar o caminho para uma vida política saudável através das eleições.

Com a mudança de regime político houve, ainda, a mudança dos símbolos nacionais, tendo-se adoptado uma bandeira vermelha e verde em substituição da bandeira monárquica.

O surgimento do partido republicano veio dar um novo alento à população pois o seu objectivo era melhorar o país adoptando medidas de forma a equilibrar a economia e criar uma igualdade social.

A ideia das leis estarem presentes numa constituição manteve-se sendo esta elaborada pela Assembleia Constituinte formada por membros do governo através de eleição.

Resumindo, enquanto na monarquia todo o poder pertencia ao rei por descendência hereditária, havendo uma representação da nação por parte das cortes (formadas pelo governo juntamente com 2 câmaras representativas) e a religião ter uma forte influência no poder político e na educação, na república o poder pertence à nação, através da eleição para Presidente da República e do Governo, estando a nação representada numa assembleia pelas pessoas eleitas através de voto, existindo uma igualdade social na qual a educação era laica, ou seja, não havia influência da religião na educação e na política.

A nível do ensino, na monarquia a educação colegial (das escolas) não se encontrava ao acesso de todos. Apenas a Nobreza e a Burguesia tinha acesso à educação sendo esta deficitária no que toda à abrangência da população.

70% da população era analfabeta, o que eram números excessivos para a população existente mas compreensíveis para a época, sendo necessária a alfabetização dos trabalhadores, ideia que foi defendida pelo republicanismo.

Os republicanos defendiam que deveria existir um maior número de população alfabetizada e, como tal, tomaram medidas como:

- Criação de um sistema de ensino infantil para crianças dos 4 aos 7 anos, não existente na monarquia;
- Obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 10 anos, tornando-o gratuito para todos;
- Laicização do ensino, tornando-o menos ligado à religião;
- Criação de novas escolas do ensino primário e criação do ensino técnico;
- Criação de escolas com o objectivo de formar professores primários, de modo a garantir uma educação de qualidade aos jovens, o que não acontecia na monarquia;
- Criação de institutos superiores para o ensino técnico, tendo criado as universidades de Lisboa e do Porto, deixando de existir apenas em Coimbra;
- Reforma do ensino na Universidade de Coimbra.

A necessidade de tornar o ensino obrigatório deve-se, também, ao facto de ser obrigatório saber escrever e ler para se poder votar, naquela altura.

Tal como Maria Helena S. de Oliveira e Cunha refere, em “O ensino liceal da 1ª república”: *“A reforma de maior significado para o ensino secundário liceal, se bem que operada no âmbito do ensino superior, foi, porém, a da criação das Escolas Nacionais Superiores nas Universidades de Coimbra e de Lisboa, anexas às respectivas Faculdades de Letras e de Ciências”*, o que veio tornar o ensino superior mais apetecível, após o secundário, com o objectivo de prosseguir estudos e tornar a população cada vez mais qualificada para o trabalho.

Todas estas medidas foram importantes para o desenvolvimento do país e da população, deixando de ser analfabeta e tornando-a, assim, mais qualificada para o trabalho industrial, e não só, o que contribui, também, para o equilíbrio da balança comercial.

De uma maneira geral podemos concluir que as medidas adoptadas pelos republicanos, na primeira república, foram positivas (não atendendo ao fracasso das mesmas ao longo do tempo), uma vez que vieram melhorar, por momentos, o estado do país e tornar a população mais qualificada. Deu-se ainda voz à população e fez-se com que não fosse apenas uma pessoa (o rei) a ter todo o poder para que houvesse maior justiça e para que os representantes de um país sejam aqueles que a nação quer, através do voto que expressa a vontade da população.

Foram, ainda, positivas as medidas adoptadas no âmbito social, no que toca às condições de trabalho, pois a população passou a conseguir produzir mais devido ao descanso que conseguia ter pela redução do horário de trabalho e pelo dia de descanso semanal. O seguro social veio, ainda, incentivar a população trabalhadora a realizar o seu trabalho com a garantia que caso houvesse algo que impossibilitasse a realização do mesmo haveria sempre a quem recorrer.

## **Bibliografia**

- FERRAZ, José Manuel – O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910 – 26)
- SANTOS, Manuela, Emília Maçarico e Helena de Chaby – HGP 6º Ano – Texto Editores
- OLIVEIRA E CUNHA, Maria Helena S. de - O Ensino secundário liceal na 1ª república
- [http://www.webquest-6b.blogspot.com/2006\\_12\\_01\\_archive.html](http://www.webquest-6b.blogspot.com/2006_12_01_archive.html)
- <http://www.deemo.com.pt/exercicios/hg/6/hgp6.1rep.htm>
- <http://www.arqnet.pt>